



I Ebó Coletivo Frente Nacional Makota Valdina - Salvador, Bahia, Brasil - 2019  
Foto: Rasparetah

## O Racismo Religioso contra os Povos Tradicionais de Terreiro em Salvador - Ba

**Aline de Jesus da Cruz**

---

E-mail: [aline.cruz@ufba.br](mailto:aline.cruz@ufba.br)

Salvador, Bahia, Brasil - Dezembro 2022

International Commission to Combat Religious Racism (ICRR)

# INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais de terreiro ultrapassam o conceito ocidental de religião por terem se desenvolvido como um importante espaço de resistência ao colonialismo, ainda que com limitações, constituída por famílias que, para além dos rituais, buscam reproduzir um modo de vida com referências africanas, reestabelecendo laços rompidos pelo racismo e pela colonização caracterizando-os como povos e comunidades tradicionais de terreiro.

Desde a formação do país esses povos sempre sofreram perseguições da igreja católica e do Estado por meio de legislações e intervenções policiais. Tendo em vista o caráter estrutural do racismo que enquanto um sistema de poder se renova a cada contexto histórico, geográfico, político, econômico e social essas tradições, ao longo dos anos, continuaram a sofrer ataques e hoje esse racismo se manifesta no que ficou conhecido como intolerância religiosa.

Conforme Estatuto da Igualdade Racial e Intolerância Religiosa do Estado da Bahia, esta compreende toda discriminação de caráter depreciativo e manifestações de ódio individuais, coletivas ou institucionais que promova prejuízos morais, materiais ou imateriais, às religiões e seus adeptos. Se tratando das religiões afro-brasileiras, tendo em vista o histórico de perseguição, baseado nas influências africanas presentes nos ritos, crenças e formas de sociabilidade das comunidades de terreiros, a “intolerância” neste caso representa, sobretudo, uma expressão do racismo estrutural e institucionalizado no país.

Acadêmicos, ativistas e lideranças de terreiros, vêm apontando para a insuficiência desta categoria na caracterização da violência contra as práticas religiosas de matriz africana, reivindicando uma reflexão sobre o real significado da noção de “não tolerar” e a raiz da motivação dos ataques. Enquanto as práticas de racismo religioso forem consideradas atos de intolerância, pressupondo uma hierarquia religiosa e sendo pensada sob a lógica do colonialismo estaremos tratando as consequências e não a causa do problema.

Casos dessa natureza têm crescido significativamente a partir da expansão do (neo)pentecostalismo no Brasil. Os dados dos últimos dois censos do IBGE (2000 e 2010) demonstram o crescimento do campo evangélico de 15,4% para 22,2% (entre estes, 60,0% eram de origem pentecostal). O número de evangélicos só é menor que os católicos, que apesar de ainda serem dominantes, com 64,6% de autodeclarados, vêm perdendo adeptos (em 2000 eram 76,3%). No caso das religiões afro-brasileiras, somam apenas 0,3% de adeptos.

Conforme avalia Silva (2007), diante dos dados esperava-se que os principais adversários dos pentecostais fossem a religião católica, com quem disputam diretamente o domínio do campo religioso. No entanto, apesar de estar perdendo adeptos, a Igreja Católica ainda exerce grande influência no país. Aproveitando-se do histórico de rejeição contra os povos de terreiros, esse segmento transformou-as em um inimigo a ser combatido, formando verdadeiros exércitos, sobretudo nas periferias, onde protagonizam ataques aos seus adeptos, patrimônios e símbolos.

As principais características da atuação desse segmento é o intenso proselitismo de caráter extremista, que na voz de muitos líderes reverbera em tom bélico e propaga discursos de ódio e demonização dos povos tradicionais de terreiro. Tais ataques ocorrem através de cultos, meios de comunicação e espaços públicos, estimulando atos de agressão verbal, física ou patrimonial sob a justificativa de combate ao mal e a defesa de um país cristão.

A sua atuação parlamentar e institucional, que passa a ganhar força com a formação da Frente Parlamentar Evangélica, conhecida popularmente como Bancada Evangélica, também tem sido bastante eficaz na propagação das práticas de racismo religioso a partir de uma agenda política conservadora. (ORO; BEM, 2008).

Esta atuação política representa uma ameaça aos direitos das comunidades de terreiro a medida que, por exemplo, tentam proibir o sacrifício de animais nos rituais, dificultam a implementação da lei 10.639/2010 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira ou tentam por meio da “desculturalização”, ressignificar símbolos do legado africano e suprimir a contribuição do candomblé para a construção destes (SILVA, 2017).

Essa política “cristofascista”, fortalecida com a eleição do Jair Messias Bolsonaro a Presidência da República em 2018, ameaça diretamente os direitos das comunidades de terreiro, a medida que, por exemplo, tentam proibir o sacrifício de animais nos rituais, dificultam a implementação da lei 10.639/2010 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira ou tentam por meio da “desculturalização”, resignificar símbolos do legado africano e suprimir a contribuição de suas religiões.

Tendo como referência a legislação sobre crimes de ódio e a partir do entendimento de que não existe no código penal a tipificação do crime de intolerância religiosa, algumas lideranças referem-se a essa violência como racismo religioso ou crime de ódio e não mais como intolerância, reiterando o caráter racista dessas práticas. Há também quem identifique esses ataques como terrorismo, devido a violência empregada pelos agressores e também como genocídio tendo em vista o objetivo desses agressores de exterminar as expressões religiosas desses povos.

Desde 2007, o 21 de janeiro foi instituído como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. A data foi criada em memória da Iyalorixá Gildásia dos Santos (Mãe Gilda), que morreu por complicações em seu quadro de saúde, após sua imagem ter sido publicada em um jornal, da Igreja Universal do Reino de Deus, associada a uma matéria sobre charlatanismo. Esse episódio representa um marco na luta contra o racismo religioso por conseguir mobilizar nacionalmente os povos de terreiro elevando a pauta da intolerância religiosa, que antes era considerada “guerra santa”, para a agenda pública brasileira.

A partir da minha vivência na Frente Nacional Makota Valdina<sup>1</sup> e de entrevistas realizadas em decorrência da minha pesquisa de mestrado, descrevo neste relatório, como o racismo religioso atinge os povos tradicionais de terreiros, a natureza dessas violências e as principais reivindicações para sua superação.

---

<sup>1</sup> Em 2019 foi criada a Frente Nacional Makota Valdina em decorrência de um ato de racismo religioso contra Valdina de Oliveira Pinto, liderança religiosa que estava sendo homenageada postumamente, na Câmara Municipal de Vereadores de Salvador-Ba.

# A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS TRADICIONAIS DE TERREIROS NO BRASIL

São diversas as formas de discriminação e violência que atingem os povos de terreiros do Brasil. Conforme Silva (2007) esses ataques podem ocorrer em diversos âmbitos, a saber:

- 1) ataques feitos no âmbito dos cultos das igrejas neopentecostais e em seus meios de divulgação e proselitismo;**
- 2) agressões físicas in loco contra terreiros e seus membros;**
- 3) ataques às cerimônias religiosas afro-brasileiras realizadas em locais públicos ou aos símbolos dessas religiões existentes em tais espaços;**
- 4) ataques a outros símbolos da herança africana no Brasil que tenham alguma relação com as religiões afro-brasileiras;**
- 5) ataques decorrentes das alianças entre igrejas e políticos evangélicos.**

Classifico abaixo quatro tipificações de violência com base nas narrativas de representantes dos povos de terreiros que entrevistei: violência física, verbal, institucional e patrimonial. Compreende-se que os impactos dessas violências podem acarretar em danos morais, psicológicos, financeiros e até risco de morte como veremos nos exemplos abaixo.

## ► Violência Física e Verbal

Podem ocorrer através de ameaças, xingamentos, humilhações, lesão corporal, etc. A violência física geralmente é acompanhada de agressões verbais, as quais também podem ocorrer de forma escrita, por vídeos, mensagens ou postagens em redes sociais. A maioria dos relatos de violência verbal envolvem proselitismo evangélico que muitas vezes ocorre de forma insistente e configurando assédio.



Kailane Campos, 11 anos, atingida por uma pedra na cabeça ao sair de um culto com roupas tradicionais de religiões de matrizes africanas. Rio de Janeiro - 2015.

Foto: Guilherme Pinto / Agência O Globo

<https://oglobo.globo.com/brasil/religiao/menina-candoblecista-vitima-de-pedrada-alvo-de-ofensas-ao-ir-fazer-exame-de-corpo-de-delito-16469553>

### *Pregação religiosa termina em confusão dentro de ônibus em Olinda - Babalorixá foi agredido verbalmente por evangélicos no Terminal de Xambá.*

O caso aconteceu na noite do dia nove de junho. Alexandre estava sentado na parte traseira do ônibus, junto com o afilhado Henrique Falcão, quando um vendedor ambulante iniciou uma pregação religiosa evangélica. Um dos maiores terreiros da Região Metropolitana do Recife, fica justamente atrás do terminal, e o camelô teria ofendido o principal sacerdote do local, Pai Ivo de Xambá, além de criticar os adeptos de cultos de matriz africana.

<<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/06/17/pregacao-religiosa-termina-em-confusao-dentro-de-onibus-em-olinda-240571.php>>

## ► Violência Institucional

É realizada por agentes de instituições públicas ou privadas, ao negar direitos, serviços ou impedir entrada em estabelecimentos devido a crença religiosa. Alguns exemplos mais comuns são a falta de investimento para preservação e manutenção dos territórios tradicionais (espaços utilizados para culto religioso como rios, cachoeiras, matas etc.), a negação de assistência religiosa em unidades de saúde, perseguição em unidades de ensino e locais de trabalho, invasão policial, entre outros.

***Morre paciente impedido de receber mãe de santo em hospital no Rio de Janeiro - Viúva de Jerônimo, Juliana Machado, diz que o hospital não teve empatia com o marido dela.***

Após passar cinco dias internado, depois de ter um acidente vascular cerebral (AVC), morreu no sábado (5/11) o filho de santo Jerônimo Rufino dos Santos Junior, de 39 anos. O homem estava no Hospital estadual Carlos Chagas, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Ele era filho de santo da Iyá Paula de Odé, que acusou a direção da unidade de saúde de intolerância religiosa.

A mãe de santo alegou ter sido impedida de entrar na instituição de saúde para realizar um ritual com o paciente. A direção da unidade negou ter cometido intolerância e afirma que orientou a mãe de santo a "seguir o protocolo" da instituição.

<<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/11/5050228-morre-paciente-impedido-de-receber-mae-de-santo-em-hospital-no-rio-de-janeiro.html>>

## ► Violência Patrimonial

Consiste na violação do patrimônio (público ou privado), depreciação e descaracterização dos seus objetos simbólicos. O ofício das baianas de acarajé, por exemplo, é Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Este alimento está diretamente relacionado aos povos tradicionais de terreiros por ser uma oferenda para a orixá Yansã, que é comercializado em todo país pelas baianas em tabuleiros. Com o intuito

de descaracterizar esse símbolo religioso e cultural, alguns evangélicos que trabalham na venda do acarajé denominam-o de bolinho de Jesus.

A formação de “milícias evangélicas” – fruto da interação entre as igrejas (neo)pentecostais com o crime organizado e o tráfico de drogas, intensificada a partir da entrada dos evangélicos no sistema prisional – tem sido responsável por diversas invasões e destruição de terreiros o que tem levado muitas lideranças a deixarem regiões periféricas.

### ***Traficantes dão ordem para fechar terreiros na Baixada Fluminense - Comissão estima que em todo o estado cerca de 100 terreiros tenham recebido ameaças.***

Os casos de intolerância religiosa têm aumentado no Rio de Janeiro e traficantes estão impedindo terreiros de umbanda e candomblé de funcionar. O último caso aconteceu na semana passada em Duque de Caxias, Baixada Fluminense, quando um criminoso ordenou o fechamento de vários terreiros.

Relatos de testemunhas à polícia mostram que houve uma ação coordenada pra fechar terreiros na região, especialmente no Jardim Gramacho e arredores. Investigadores dizem que a Baixada concentra boa parte das ameaças registradas esse ano.

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/27/traficantes-dao-ordem-para-fechar-terreiros-na-baixada-fluminense.ghtml>

A violência patrimonial ocorre também com os ataques a esculturas que homenageiam lideranças religiosas do Candomblé. Em Salvador o Dique do Tororó é um importante cartão postal da cidade por abrigar as esculturas de orixás, produzidas pelo artista plástico Tatti Moreno.

Além dos diversos episódios de vandalismo que destroem as obras, parlamentares evangélicos tentam por meio de sua posição política disputar esse espaço. Em 2015 a Câmara Municipal de Salvador chegou a aprovar a proposta da vereadora Cátia Rodrigues (PHS), de inclusão de uma Bíblia no Dique do Tororó. A

proposta não foi atendida tendo em vista que já estava sendo construída a Praça da Bíblia na avenida Ogunjá, local que possui o nome de um orixá.

Sofreram ataques também o Busto de Mãe Runhó, no Enegenho Velho da Federação, o Busto de Mãe Gilda, em Itapuã e a estátua em homenagem a Mãe Stella de Oxóssi, na avenida que leva o nome da Yalorixá.

## Busto de Mãe Gilda é alvo de vandalismo em Salvador; suspeito foi levado para delegacia

Situação ocorreu na manhã desta quarta-feira (15). Em 2016, monumento que homenageia a lalorixá também foi depredado.

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/07/15/busto-de-mae-gilda-e-alvo-de-vandalismo-em-salvador-suspeito-foi-levado-para-delegacia.ghtml>



## Escultura em homenagem a Mãe Stella de Oxóssi é incendiada em Salvador

Prefeito de Salvador, Bruno Reis (União Brasil) classificou o ato como criminoso e disse que caso está atrelado à intolerância religiosa

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/12/escultura-em-homenagem-a-mae-stella-de-oxossi-e-incendiada-em-salvador.shtml>>



# REIVINDICAÇÕES DOS POVOS TRADICIONAIS DE TERREIRO PARA O COMBATE AO RACISMO RELIGIOSO

Em um sistema eurocêntrico, a garantia da liberdade religiosa para os povos de terreiro esbarra no problema do racismo estrutural e institucionalizado. Isso torna este tema uma questão central para compreender o tratamento dado a essas comunidades, uma vez que, mesmo com avanços no âmbito das legislações os crescentes ataques que tem sofrido, demonstram a omissão do Estado em garantir condições para que essa liberdade seja de fato exercida.

Não existe liberdade religiosa se o Estado não garante os meios necessários para que as pessoas de diferentes crenças exerçam suas práticas e sejam respeitadas institucionalmente e socialmente. Após muitas lutas os povos de terreiros conquistaram direitos, no entanto, ainda há muito a avançar pois muitas reivindicações dos povos de terreiros ainda dependem do poder público para serem implementadas.

No âmbito da saúde existe um dispositivo legal, (lei nº 9.982/2000) que assegura o atendimento religioso aos internados em hospitais da rede pública ou privada, e em estabelecimentos prisionais civis ou militares. Em algumas unidades, no momento da internação é informada a religião no cadastro do paciente. No entanto, ainda existem casos em que lideranças de terreiros são impedidas de realizar esse tipo de trabalho, o que pode acabar gerando complicações no quadro de saúde do paciente, podendo levar a óbito, como no caso supracitado.

Na educação a lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira na grade curricular do ensino fundamental e médio, tem sua implementação comprometida quando se trata do conteúdo referente a contribuição das religiões de matrizes africanas para o legado cultural afro-brasileiro. Além disso muitos estudantes sofrem situações humilhantes quando precisam ir a escola com trajes tradicionais da religião e são barrados e constangidos por profissionais e colegas.

Sabe-se que muitas pessoas não tem conhecimento desses e outros direitos e não sabem como recorrer em caso de proibição, sendo necessário portanto que se fomente espaços de formação política in loco para informar aos povos tradicionais de terreiros sobre seus direitos e as formas de reivindicá-lo quando necessário.

Além das devidas punições para quem comete crimes de racismo religioso, é importante também que se tenha tanto no âmbito da saúde como da educação a realização de campanhas para formação desses profissionais sobre suas obrigações. O mesmo pode ser aplicado aos profissionais de segurança pública que em sua maioria ainda tratam casos de racismo religioso como briga de vizinhos.

Alguns entrevistados apontaram para a necessidade de proteger nossa memória. Em Salvador temos alguns monumentos que representam o legado e a memória das religiões de matrizes africanas, no entanto estas vem sendo vandalizadas periodicamente e os culpados raramente são punidos. O gasto que se tem com a restauração dessas estátuas poderiam ser investidos em um plano de salvaguarda para coibir e punir esses criminosos.

Tendo em vista o processo excludente de ocupação das cidades e de espaços rurais há a necessidade de promover a regularização fundiária. Há uma grande presença de terreiros em espaços periféricos das cidades e, por consequência, a necessidade de implementação de um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visem à regularização dessas comunidades e a titulação de seus ocupantes, para garantir o reconhecimento do espaço territorial como espaço sagrado e proteger esses povos da violência causada pelos conflitos fundiários.

## REFERÊNCIAS

ORO, Ari Pedro; BEM, Daniel F. A discriminação contra as religiões afro-brasileiras: ontem e hoje. *Ciências e Letras*, n.44, p.301-318, 2008.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Entre a Gira da Fé e Jesus de Nazaré. Relações socioestruturais entre neopentecostalismo e religiões 6 afro-brasileiras. In: SILVA (org.) *Intolerância Religiosa*. São Paulo: Edusp. 2007.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS (SDH). Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (2011 – 2015): resultados preliminares. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos; organização Alexandre Brasil Fonseca, Clara Jane Adad. – Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, SDH/PR, 2016.

REGO, Jussara. O caso Mãe Gilda. *Intolerância Religiosa* 1(1), jan-jun, 2017

NASCIMENTO, Wanderson F. O Fenômeno do Racismo Religioso: Desafios para os Povos Tradicionais de Matriz Africana. *Brasília-DF*, v. 6, n. 2 (Especial), novembro de 2017;

DE DEUS, Lucas Obalera. "Trazendo o racismo religioso para a discussão" e "Tocando e cantando para subir: breves considerações". In: *Por uma perspectiva afrorreligiosa: estratégias de enfrentamento ao racismo religioso*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019. p, 12-15 e p. 41-43